

Como reflexo do desgoverno, Ministério de Ciência e Tecnologia implora por pessoal



Os atrapalhos do desgoverno Bolsonaro refletem diretamente em áreas estratégicas para o Brasil.

Mas, com um presidente despreparado e preso às suas “criancices”, não há perspectiva de avanços. Isso é fato.

O Brasil está entregue à própria sorte, e ferido de morte nas mãos de uma sociedade hipócrita, preconceituosa, xenofóbica, homofóbica e sexista. E assim, caminha a passos largos para uma crise econômica e estrutural sem precedentes.

Toda essa bagunça traz reflexos claros, e um desses reflexos, coloca no centro das discussões o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações que atualmente tem mais de 1,5 mil cargos vagos, o

que equivale a um terço dos cargos existentes no órgão, conforme informou o diretor de Governança Institucional da pasta, Johnny Ferreira dos Santos, na Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT).

Segundo Santos, apenas 18% dos cargos estão na administração central do ministério. O restante está nas 16 unidades de pesquisa. No entanto, 60% dessa força de trabalho está acima dos 51 anos, com muitos servidores próximos da aposentadoria. — Isso é extremamente preocupante, porque o impacto está sendo maior justamente nas unidades de pesquisa — relatou.

O diretor disse ainda que de 2012 a 2019 houve o ingresso de 573 profissionais, mas 1.196

servidores se aposentaram, gerando um déficit de 623 funcionários.

O contingenciamento também preocupa os representantes do setor. Entretanto, o Governo federal continua brincando de “menino birrento” e a cada dia coloca o Brasil mais atrasado perante o mundo.

O presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Ildeu Moreira, afirmou que é um “tiro no pé” tirar recursos da área de ciência e tecnologia.

O presidente da CCT, Vanderlan Cardoso (PP-GO), defendeu investimentos em pesquisa. Ele disse que participou de um congresso de telecomunicações na Espanha, no início do ano, e lá percebeu atrasos do Brasil em áreas como a energia termosolar. — Estamos atrasados em pesquisa e desenvolvimento. E audiências como esta servem justamente para refletirmos sobre isso.

Com informações repassadas pelo Jornal do Senado.

Trabalhadores na educação farão greve nacional em 13 de agosto

Movimento da categoria inclui marchas nos municípios em defesa da educação, da democracia e contra os a reforma da Previdência e outros retrocessos.

Matéria completa em www.cut.org.br/noticias



Arquivo CNTE



Governo ataca trabalhadores com a MP 881, que traz perdas importantes para a categoria

A Medida Provisória 881, que tramita no Congresso Nacional, tem a clara intenção de afrouxar as regras para favorecimento da classe empresarial, causando assim, ainda mais retrocessos na legislação trabalhista brasileira.

Inicialmente a MP tinha a intenção de mudar onze pontos na lei trabalhista, e ao tramitar pelo Congresso, o relator Jerônimo Georgen (PP/RS) propôs mudanças em mais de 50 itens.

Um dos principais ataques apontados por especialistas é a liberação do trabalho aos domingos e feriados para mais categorias. Atualmente, a legislação prevê que os trabalhadores que exercem atividade nos fins de semana e feriados tenham remuneração diferenciada pelas horas trabalhadas, além de escala especial de folgas. Com a

alteração proposta por Georgen, as empresas ficariam isentas de arcar com esses direitos.

A MP também ataca pontos considerados graves pelo movimento sindical e juristas do trabalho são:

- Criação da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) digital e sem garantia de acesso efetivo para todos os trabalhadores acerca de suas informações.

- Criação de mecanismos que dificultam a fiscalização e autuação fiscal e retira os sindicatos do sistema;

- **Fim do e-Social;**

- Fim da obrigatoriedade das CIPAs (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes), tornando-as facultativas.

O relatório do deputado Jerônimo Georgen, que “inchou” a medida provisória, foi votado na co-

missão especial da Câmara, no último dia 11, e após o recesso parlamentar, deverá ir ao plenário. A MP será votada na Câmara e no Senado. Se for aprovada, passa a valer como lei.

A CUT vai se reunir com as demais centrais sindicais ainda no mês de julho e dialogar com todos os partidos para que a medida seja alterada na Câmara. “Ou trabalhar para a medida caducar [perder a validade] em setembro”, diz Valeir Ertle.

O Supremo Tribunal Federal (STF) já havia considerado inconstitucional esse método de ‘inchaço’ de medidas. Duas ações de inconstitucionalidade da MP 881 aguardam julgamento na suprema Corte.

Com informações repassadas pela CUT.

Diap aponta regras válidas para servidores na reforma após 1o turno na Câmara

O jornalista e analista político, Antônio Augusto de Queiroz, do Diap (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar) escreveu artigo publicado no Correio Braziliense, tratando das regras aplicáveis aos servidores públicos e que foram aprovadas na votação em 1o turno da Câmara dos Deputados na reforma da Previdência. Antônio Augusto dividiu a análise por núcleos chamados “permanente, temporário e transitório”.

No primeiro núcleo (permanente) são tratados princípios gerais com foco no aumento de receita mediante aumento de contribuições previdenciárias, redução de despesa. Aí e incluem restrições na forma de cálculo e acesso a benefícios de servidores que podem ser disciplinados depois de aprovado o texto final por lei ordinária ou

complementar.

O segundo núcleo analisado (temporário) integra regras que só vão vigorar enquanto não for aprovada a lei que definirá novos critérios para concessão de benefícios. Essas só valem para futuros servidores, aqueles que ingressarem depois da promulgação da reforma e deixam de existir assim que a lei entrar em vigor.

No terceiro núcleo estão as regras de transição que serão válidas para o servidor que já ingressou ou vai ingressar no serviço público até a data da promulgação da emenda à Constituição. Essas regras vão continuar em vigor até que haja nova reforma ou que se aposentem todos os atuais servidores.

A Condsef/Fenadsef destaca que como ainda há outras 3 etapas de votação (2o turno na Câmara e votação em

dois turnos no Senado) há espaço para debate, mobilização e luta em busca de alterações no texto e votos em defesa dos servidores e de toda classe trabalhadora. Um trabalho intenso continua sendo feito com o objetivo de garantir que nenhum trabalhador, com destaque aqui para a situação dos servidores, para que não sofram prejuízos graves, entre eles os que já ingressaram no serviço público e passaram por várias reformas.

O secretário-geral da Condsef/Fenadsef, Sérgio Ronaldo da Silva, fez vídeo destacando a importância da mobilização durante o chamado recesso branco no Congresso Nacional. Sérgio fala do calendário de lutas, que segue a todo vapor, e faz uma convocação especial para o 13 de agosto, Dia Nacional de Luta contra a Reforma da Previdência.

Fonte: Condsef